



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

GT 03- Producción, consumos culturales y medios de Comunicación

## Espaço, tempo, subjetividade e mídias digitais:

### notas para a composição típica-ideal do sujeito político contemporâneo

*Samira Feldman Marzochi*

Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia (NAMCULT) do Departamento de Sociologia (DS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, Brasil.  
E-mail: [namcult@gmail.com](mailto:namcult@gmail.com)

**Resumo:** São muitos os autores da teoria social contemporânea (filosofia, psicanálise, antropologia, história, economia, sociologia) que sustentam a preponderância da categoria *espaço* sobre a categoria *tempo*, em âmbito econômico (produção, consumo e ética do trabalho), cultural (visões de mundo e produções artísticas), político (novos comportamentos e práticas políticas) e subjetivo (transformações da subjetividade), especialmente a partir da segunda metade do século XX. O aspecto privilegiado neste artigo será a primazia, cada vez maior, do espaço sobre o tempo na constituição da experiência subjetiva, a relação desta com o advento e disseminação das tecnologias digitais, e seus reflexos no campo da cultura política. Vivendo um eterno presente que impede a imaginação de rupturas e do próprio futuro, os indivíduos experimentam um fazer político diferenciado que prescinde da noção de projeto, totalidade, e mesmo de universalidade. Enquanto, no passado, a política se desenrolava no horizonte de um futuro possível e no contexto das grandes narrativas cuja simbolização era o terreno que se permitia pavimentar pelo transcurso do tempo, a política contemporânea é movida por uma subjetividade imediatista. A representação da seta do tempo ter-se-ia dissolvido em uma economia política de curto prazo na qual o tempo é inapreensível e sem profundidade, pois obstrui a percepção de qualquer dimensão além da superfície do presente. No lugar do controle do tempo, tem-se a exigência de adaptação permanente, flexibilidade e sociabilidade, que caracterizam a ética contemporânea do trabalho. Proponho conceber-se o *ciberespaço* como uma terceira dimensão entre a sincronia e a diacronia. A escrita espontânea, contextual ou de curta validade, fixada no hipertexto, estaria entre o tempo reversível e o irreversível, cíclico e linear, linguagem e fala. A metáfora contida na expressão “*online*” designa uma temporalidade “na linha” do tempo. Não fora dela, à distância, como se observa a passagem da história de um ponto de vista exterior, ideia representada pela imagem de uma flecha ou de um gráfico. A metáfora *online* não nos põe frente à linha da história, mas

exatamente sobre ela. Sabemos que nesta linha o tempo corre, mas entre as suas margens não percebemos, sentimos apenas as exigências de um presente absoluto. A partir de dentro, o tempo não pode ser exteriorizado, apreendido pelo observador como algo representável. Ele não mais oferece a perspectiva de um ponto de fuga, mas a velocidade inercial. De fato, “não temos tempo”, é ele quem nos detém exibindo-se como todo o espaço possível de ação; espaço estruturado, agora, em “ciberespaço”.

**Palavras-chave:** subjetividade; ciberespaço; mídias digitais; descentramento.

**Abstract:** There are many authors of contemporary social theory, - philosophy, psychoanalysis, anthropology, history, economics, sociology, - that underpin the preponderance of the space category over time category. In economic, cultural and political spheres, we can observe the increasing primacy of “space” in the constitution of subjective experience in relationship with the advent and spread of digital technologies, and their reflections in the field of political culture. Especially from the second half of the 20th century, new relations between time and space are impregnating the production, consumption, labor ethic, world-views, artistic productions, new behaviors, political practices and sensibilities. The new political practices based on immediate subjectivity, which live in an eternal present, that prevents the imagination of the future and their ruptures, can dismiss the idea of political project, totality and universality. A short-term political economy dissolves the representation of the arrow of time and blocks the perception of any dimension beyond the present surface. The “online” metaphor puts us exactly on the line of history, not out of this, not from the distance. The time flows on this line, but between its banks, we feel only the exigencies of an absolute present time. It no longer offers the prospect of a vanishing point, but the inertial speed. In fact, "we don't have time"; a new kind of space made by instantaneity - the cyberspace - involves us, showing off like all the possible space of action.

**Keywords:** subjectivity; cyberspace; digital media; decentering.

## **Introdução:**

### **O ciberespaço**

Este artigo resulta de pesquisa que se inicia no mestrado e tem continuidade no projeto de pós-doutoramento, sobre a constituição da subjetividade política mediada pelas mídias digitais no contexto do que chamo “ciberespaço”, o espaço-tempo contemporâneo. É importante salientar que o termo “ciberespaço” é apropriado aqui com liberdade, porém de forma conceitualmente rigorosa, para designar o quadro social mais amplo que se configura com a “pós-modernidade” definida por autores como Fredric Jameson e David Harvey a partir do pequeno ensaio de Michel Foucault, “De espaços outros”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O artigo de Michel Foucault, “De espaços outros”, publicado em *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.5, em outubro 1984, porém originário de sua conferência proferida no *Cercle d'Études Architecturales*, a

Em oposição à ideia de uma esfera apartada da sociedade, ao modo da “noosfera” ou esfera do pensamento, proposta pelo teólogo Teilhard de Chardin (*O Fenômeno Humano*, 1940), ou como “realidade virtual” que, no senso comum, sugere um universo puramente fantasioso produzido pela Internet, o ciberespaço se caracterizaria por novas relações entre tempo e espaço e atravessaria a todos, de modo independente da utilização mais ou menos intensa, frequente ou próxima das mídias digitais. O conceito de “digital”, em oposição ao “analógico”<sup>2</sup>, carrega um conjunto de características que contribuem para a compreensão da subjetividade política contemporânea, sobretudo aquelas relacionadas a novas percepções do tempo e à instantaneidade na apreensão e interpretação dos significados.

Assim como não é preciso assistir televisão para viver em um mundo mediado por seus conteúdos, valores, visões de mundo, ou não é preciso ter um carro ou utilizá-lo com frequência para habitar cidades planejadas e recortadas em função deste meio de transporte, as tecnologias mais recentes de comunicação também não estão fora de nós, mas interiorizadas, subjetivadas e naturalizadas; tal como o “mundo da vida” fenomenológico de Alfred Schütz, muito pouco são postas em questão no uso cotidiano. De acordo com Ivana Bentes, penso também que o ciberespaço “não pode mais ser concebido como um espaço social separado. Não ‘entramos’ na Internet, ela nos atravessa de diferentes formas” (BENTES, 2011, p.10).

Em seu ensaio de referência sobre o pós-modernismo, Jameson já observara que a tecnologia contemporânea não se permite mais representar. Se antes era algo exterior associado ao progresso, - cujo emblema poderia ser a turbina, os silos ou chaminés de fábrica, as tubulações e esteiras transportadoras, a aerodinâmica dos trens, - a forma aparente dos objetos tecnológicos contemporâneos não oferece nenhuma novidade estética que já não tenha sido conhecida ou exibida à exaustão (JAMESON, 2002, p. 63). É impossível separar a imensa rede computadorizada de comunicação dos mapas urbanos, figuração de todo o sistema capitalista multinacional. O ciberespaço talvez seja o próprio mapa quando se cola ao território, como acontece no conto de Jorge Luís Borges.<sup>3</sup>

---

14 de março de 1967, é a principal referência para os autores que posteriormente lidaram com o problema da mudança nas relações entre espaço, tempo e subjetividade no campo das humanidades.

<sup>2</sup> “Analógico”: que mensura uma grandeza ou demonstra valores de maneira contínua e linear ao exemplo do relógio de ponteiros que circulam no espaço sempre no mesmo sentido e velocidade, e “Digital”: forma de representar informações ou grandezas físicas através de caracteres, números ou sinais imediatamente apreensíveis ao olhar.

<sup>3</sup> “...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que

## Espaço sobre tempo

O ciberespaço evidenciaria o fenômeno contemporâneo da espacialização do tempo, do qual emerge como uma de suas manifestações. Mudanças econômicas, sociais, históricas e culturais relacionadas ao processo de globalização explicariam a “compressão do tempo”, a “predominância da figura do espaço” e a incidência do espaço na experiência subjetiva<sup>4</sup>. Impulsionada pela revolução digital e tecnológica, a aceleração atinge limites desconhecidos, artefatos são programados para durar o mínimo possível, a estabilidade fordista cede lugar à flexibilização do mercado de trabalho, à produção simultânea, especializada e informatizada, distribuída por todo globo, e os fluxos financeiros são instantaneamente sensíveis às oscilações e expectativas do mercado. A aceleração que privilegia o instante e o efêmero estende-se aos domínios da moda, espetáculo, entretenimento, sociabilidade, ideias, ideologias, movimentos sociais, decisões políticas, cultura, subjetividade<sup>5</sup>. Ainda conforme Jameson,

Habitamos agora a sincronia e não a diacronia, e é possível argumentar, ao menos empiricamente, que nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais, são hoje dominadas pela categoria espaço e não pela de tempo, como eram no alto modernismo (JAMESON, 2002, p. 43).

A época atual seria marcada pelas metáforas espaciais: justaposição, proximidade, distância, coexistência, dispersão, difusão, reflexos, centro, periferia, norte, sul, muros,

---

tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Suárez Miranda: Viagens de Varones Prudentes, livro quarto, cap. XLV, Lérida, 1658)” (BORGES, “Do rigor da ciência”, 1999).

<sup>4</sup> Temas como a Crise da Modernidade, de Paradigmas, do Estado de Bem-Estar Social, da Sociedade do Trabalho, a passagem do Fordismo à Acumulação Flexível, a Reestruturação Produtiva, o aprimoramento e expansão dos sistemas de comunicação, a instantaneidade, a Revolução Verde, a Fragmentação e o Descentramento do Sujeito, o fim da autoria, a Sociedade do Espetáculo, de Consumo, a primazia da imagem, a “corrosão do caráter”, o Capitalismo Financeiro, Cognitivo, Imaterial, entre outros, são atravessados pela questão da preponderância do espaço sobre o tempo na constituição da experiência subjetiva.

<sup>5</sup> Consultar ORTIZ, Renato. *Universalismo e Diversidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

fronteiras, pontes, horizontes, perspectivas, redes. Se hoje nos situamos no espaço, nem sempre foi assim. A noção iluminista de “sentido da história” permitia a localização dos indivíduos, grupos, sociedades, artefatos, no tempo. Havia uma temporalidade unilinear, uma linha contínua ligando o passado, o presente e o futuro que a razão seria capaz de apreender. Antes, o futuro poderia ser planejado, e seria possível agir racionalmente em relação ao devir projetando-se “as esperanças de um mundo melhor para um horizonte além dos constrangimentos momentâneos da história” (ORTIZ, 2015, pp.68-69).

Harvey observa que quando o sentido do progresso é ameaçado pela depressão, recessão, guerra ou caos social, recorremos à imagem do “tempo cíclico” como fenômeno natural a que devemos nos adaptar, ou da estabilidade universal como contraponto ao progresso (HARVEY, 1992, p.188). O espaço que incide sobre a experiência social e subjetiva emerge, assim, da crise da temporalidade histórica moderna. Contudo, o espaço que agora se sobrepõe ao tempo não corresponde à antiga territorialidade circunscrita na geografia do globo, passível de ser cartografada. O ciberespaço nos atravessa; ele não é o mapa fora de nós, mas nosso ambiente real. Mesmo quando nos serve de localização através dos programas digitais que se ofertam, nos tornam dependentes e ainda mais incapazes de nos orientar na geografia. A rigor, os programas digitais de localização não são exatamente “mapas”, mas comandos e “percursos”. Eles indicam “vire à direita” em vez de nos localizar propriamente no espaço. Perde-se a noção das escalas, perspectivas, referências e distâncias.

Enquanto o mapa é uma estabilidade de posições (“lugar”), distribuição de elementos em um quadro delimitado, percebido visualmente, o percurso é ação imperativa (“espaço”): vire, entre, feche, saia, volte, clique, envie... No âmbito do ciberespaço, não haveria separação entre a interioridade e a exterioridade dos artefatos tecnológicos. A mesma racionalidade atravessaria a tudo e a todos. A “interface” da máquina que teria a função de trânsito ou tradução entre o “real” e o “virtual”<sup>6</sup>, não demarca mais as fronteiras do ambiente sociotécnico. O espaço contemporâneo que se impõe sobre o tempo, é o das telas, substância fluida da imagem digital. Nos termos de Jean Baudrillard,

Entramos na tela, na imagem virtual sem obstáculos, entramos na vida como numa tela. Vertemos a própria vida como um conjunto digital.

---

<sup>6</sup> Refiro-me, aqui, aos conceitos do senso comum.

Diferentemente da fotografia, do cinema e da pintura, onde há uma cena e um olhar, a imagem-vídeo, como a tela do computador, induz a uma espécie de imersão, de relação umbilical, de interação tátil, como já disse McLuhan a respeito da televisão (BAUDRILLARD, 1997, pp. 146).

Jean Chesneaux descreve este novo espaço como “fora do chão” e de “onipresença” (CHESNEAUX, 1995, p.20). Ele não se organiza mais de forma coerente, mas se decompõe, dissolve “em proveito dos sistemas que giram sobre si mesmos segundo sua lógica particular, técnica, econômica ou de mídia” (CHESNEAUX, 1995, p.20). O “fora do chão” e a “onipresença” seriam as características mais gerais da modernidade-mundo, marcada pela dissolução do ambiente natural, biológico, social, histórico e cultural para a configuração de uma nova territorialidade onde as posições singulares no espaço físico teriam uma importância secundária. “Ao se desvincular o espaço do tempo, as unidades espaciais podem fragmentar-se, dividir-se e se conectar segundo a pertinência de outros parâmetros” (ORTIZ, 2015, pp.78-79).

Não mais natureza, nem tradição, assim como o tempo, o espaço é rígido segundo uma lógica formalizada e sistêmica. Ele perde seus traços topológicos e valorativos de contiguidade, centralidade, proximidade, periferia, escala, distância, axialidade, e se expande dissolvendo e erigindo novas fronteiras, enquanto o “tempo real” da informática, - o tempo deste novo espaço, - é o tempo fossilizado que projeta a única realidade conhecida pelo programador, os dados preexistentes, reduzindo a realidade à pura reprodução da situação anterior (CHESNEAUX, 1995, p.28).

### **A constituição da subjetividade**

Ainda que toda perspectiva configure um espaço, e que haja tantos espaços quanto experiências espaciais distintas, o “ciberespaço” seria dotado de alguma objetividade. Ele envolveria a todos como um fato social, um campo de representações coletivas, ainda que possa compreender, em seu interior, diferentes “regiões” resultantes das interações e dos encontros entre diferentes programas de ação. As novas exigências do mundo do trabalho, de diversificação de especializações e flexibilização de atividades para a adaptação às flutuações do mercado e às inovações tecnológicas, produzem uma fragmentação no modo de ser dos indivíduos que Richard Sennett denominara “corrosão do caráter”. Nas

palavras de Joel Birman, os indivíduos perdem “sua espinha dorsal, o caráter que, como invariante, deveria lhes fornecer uma potência de ser e agir de forma a se orientarem no mundo” (BIRMAN, 2012, p.123). O resultado é o “esgotamento”, a “depressão”, a “desposseção de si” e a “dessubjetivação”.

Mesmo o trabalho em equipe, cuja dinâmica poderia compensar a insegurança com relação ao futuro econômico e apresentar-se como o lado favorável da flexibilização, enfatiza tanto as boas relações quanto a produtividade das quais passa a depender, igualmente, a manutenção do emprego. Para Sennett, o trabalho em equipe deixa o reino da tragédia da punição religiosa, que caracterizava a disciplina protestante, “para encenar as relações humanas como uma farsa” (SENNETT, 1999, p. 127). O tipo de individualismo que predomina no atual universo do trabalho assume a aparência da solidariedade de equipe e se distancia do “individualismo de responsabilidade”, da recusa aos conformismos de grupo e do desejo de emancipação pessoal que foram, desde o século XVIII, a pedra de toque da construção democrática no Ocidente (CHESNEAUX, 1995, p.51; SENNET, 1999, p.146).

A psicanálise também reconhece que “o espaço passa a dominar todo o território do psiquismo” (BIRMAN, 2012, p.104). A imaginação do futuro, o sonho ou a simbolização, são experiências psíquicas tecidas na relação entre o espaço e o tempo. Não por acaso, a experiência do sonhar teria perdido a posição crucial de revelação do sujeito que ocupava ainda ao longo do século XIX até boa parte do século XX, pois o registro do tempo é que abriria a subjetividade para outras possibilidades de existência. Também para estudiosos da comunicação, como Dominique Wolton, sem a vivência do tempo não haveria sequer comunicação (WOLTON, 2003, p.101).

Enquanto se perde a dimensão temporal, o espaço é interiorizado como um *hiperespaço* de acesso direto, instantâneo e generalizado. Neste quadro, o processo de individuação possibilitado pela temporalidade, condição da democracia, encontra seu limite. No lugar da individuação, temos a identificação pré-moderna, a adesão às identidades que, na forma contemporânea, corresponde à lógica do consumo. Os costumes tradicionais oferecem, agora, o solo no qual se fundamenta a luta pela cidadania, invalidando as distinções entre os conceitos de “progressismo” e “tradicionalismo” como referências ideológicas essenciais da orientação política. Renato Ortiz observa que passamos do emblema do “universal” para a “diversidade”. Em outros termos, da razão iluminista para o pertencimento ao grupo, à comunidade étnica ou de gênero.

Slavoj Žižek acrescenta que o reconhecimento cultural se torna mais importante que a luta socioeconômica, e os estudos culturais tomam o lugar da crítica das políticas econômicas. Segundo esta orientação, deveríamos abandonar o objetivo “impossível” de transformação social global e concentrar nossa atenção sobre as diversas formas de afirmação identitária. Configura-se uma “pós-política” que não pode alcançar a dimensão propriamente política da universalidade ao excluir da politização a esfera econômica. A despolitização da economia faz de todo discurso a respeito da “cidadania ativa” e das discussões públicas que levam a decisões coletivas, um debate sobre questões culturais - religiosas, sexuais, étnicas e de estilo de vida, - sem intervir no plano em que são tomadas as decisões de longo prazo que afetam a todos (ŽIŽEK, 2016, p.23).

Colados no aqui-agora, os indivíduos permanecem circunscritos ao universo marcado pela ausência de transcendência, de utopia e de um “além” da experiência subjetiva não simbolizada. O domínio do espaço seria também o da imanência. Em meio às limitações econômicas e culturais globais para a constituição do sujeito político, a interpelação simbólica identificada por Althusser (“a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”) pode adquirir ainda maior eficácia e abrir margem a novos tipos de totalitarismo. Na base dos sistemas autoritários, estaria não só a dessubjetivação dos indivíduos, como a crença renovada em uma totalidade superior, poderosa e imutável, que invariavelmente a acompanha.

A experiência do nacionalismo, do nazismo e do fascismo permitiram compreender o que talvez não fosse possível anteriormente, que “nada se assemelha mais ao pensamento mítico que a ideologia política” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p.241). Quando o espaço se impõe sobre o tempo e passa a predominar o pensamento que Lévi-Strauss define como aquele “em estado selvagem, não cultivado” - o pensamento classificatório que se orienta por imagens e “não distingue os momentos de observação e de interpretação” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p.261), o “ciberativismo” é compreendido, no plano ideológico, como genuína ação política de indivíduos conectados pela Internet. O discurso de organizações e movimentos sociais que interpelam os indivíduos enquanto sujeitos políticos, os conclamam a atuar como “ciberativistas” (MARZOCHI, 2009; 2013; 2015).

Saskia Sassen chamou atenção para o fato de que nem todo ativismo político que usa as mídias digitais como ferramenta visa a realização de ações coletivas *off-line*. Algumas práticas militantes restringem-se ao uso destas mídias, ainda que eventualmente resultem em grandes manifestações, como foram os movimentos

antiglobalização de início do século XXI (SASSEN, 2001, p.416). Interessa-me, particularmente, o fenômeno do ativismo restrito às mídias digitais. Em que medida ele se desenrola por “transferência” (LAPLANCHE e PONTALIS, 1992, p.514-516) e “identificação” (FREUD, 2013, p.118) no sentido psicanalítico, isto é, quando desejos inconscientes se atualizam no ciberespaço sobre determinadas imagens e palavras, deslocando afetos de uma representação para outra? Nos movimentos sociais, em geral, emblemas, imagens, palavras de ordem, expressões, permitem a identificação entre um grande número de indivíduos que “colocaram um único e mesmo objeto no lugar de seus ideais do *eu* e que, por conseguinte, se identificam uns com os outros em seus *eus*” (FREUD, p.118, 2013).

As mídias digitais não podem ser analisadas pela sociologia como pura técnica, isto é, em seu funcionamento e potencialidades tecnológicas, mas como significado social que adquirem na contemporaneidade. Elas não são simplesmente artefatos úteis, mas produzem a sua própria demanda. A comunicação digital, como necessidade engendrada pela indústria e pelo mercado, é alimentada pela “compulsão” estimulada em seus usuários. Conforme observam Barbosa *et aliae*,

Não é raro, nas sessões de análise, estarmos com pacientes ansiosos à espera do toque do celular ou à espera de mensagens que são avidamente lidas no momento em que chegam; além do mais, esses “conectados” tentam se comunicar, falando com o analista, ao mesmo tempo em que teclam mensagens no *whatsapp*. Com a falta de oposição à satisfação dos impulsos, seja pelo imediatismo do objeto ou pela abundância de ofertas, construiu-se um modelo de relação alteritária que impede o sujeito de experienciar um intervalo suficiente entre a demanda e a satisfação, e que lhe permita criar, no sentido winnicottiano do termo (BARBOSA *et aliae*, 2013, p.66).

O uso compulsivo das mídias digitais pode ser compreendido de forma análoga ao uso de drogas na contemporaneidade, como cultivo de uma forma de sensibilidade “pela qual as sensações se desenraizam radicalmente do registro do corpo” (BIRMAN, 2014, p.93). A compulsão é o tipo de ação própria do contexto social que prioriza o espaço com relação ao tempo porque diz respeito às práticas que se repetem sem nada construir ou seguir alguma direção, que não visam qualquer finalidade ou geram mudanças:

A compulsão é uma modalidade de agir caracterizada pela repetição, já que o alvo da ação não é jamais alcançado, daí a sua repetição incansável, sem variações e modulações, que assume o caráter de imperativo, isto é, impõe-se ao psiquismo sem que o *eu* possa deliberar sobre o impulso (BIRMAN, 2014, p.84).

Para Anthony Giddens, que chega a caracterizar a modernidade como “compulsiva”, “a compulsão, quando socialmente generalizada, é, na verdade, *tradição sem tradicionalismo*: repetição que se põe no caminho da autonomia, em vez de estimulá-la” (GIDDENS, 1995, p. 89).

### **O descentramento como condição humana**

A frase formulada por Antoine Léonard Thomas, “puisque je doute, je pense; puisque je pense, j'existe”, para sintetizar a proposição de René Descartes, assume a distância como condição do pensamento. Conceber a realidade, inclusive a si mesmo, exige a construção de objetos através do estranhamento possibilitado pela dúvida. Em outras palavras, apenas sei que sou sujeito porque sou capaz de me ver como objeto a partir de fora, situando-me, virtualmente, em um plano que está além de mim; apenas existo porque me construo sob a perspectiva de um ponto que me transcende. Esta seria a condição para a constituição da subjetividade.

Ao transpor a proposição para o problema da constituição da subjetividade política na contemporaneidade, esbarramos com um novo contexto que tende a eliminar a transcendência, em que o “virtual” das mídias digitais tende a sobrepor-se à virtualidade da simbolização. Para usar a terminologia pós-estruturalista sugerida por Lacan, não é a “realidade” como composição simbólico-imaginária que as mídias digitais ameaçam, mas o “simbólico”<sup>7</sup>. A vida social digitalizada se combina mais ao imanentismo do imaginário que à transcendência ou virtualização. No lugar da abertura à simbolização, tem-se um

---

<sup>7</sup> O “simbólico” entendido como a apreensão e elaboração pela linguagem através do tempo. Lacan salienta que “o elemento temporal é muito importante de se considerar, estabelecendo todo um registro de problemas que devem ser tratados paralelamente à questão da relação do simbólico e do imaginário” (LACAN, 2005, p.34-35).

universo de classificações fixadas, o ciberespaço, que faz do mundo social e da alteridade uma realidade *a priori*, essencializada e anterior à experiência que exige o transcurso do tempo. Viver a realidade espaço-temporal do ciberespaço não significa estar sob o imperativo do virtual, mas sim do “imaginário”, das imagens e miragens narcísicas.

As mídias digitais, neste contexto, desempenham duplo papel: ao mesmo tempo em que compõem o tecido do ciberespaço e contribuem para a eliminação da transcendência, guardam a possibilidade do descentramento sem o qual a subjetividade não se realiza. As telas dos computadores e aparelhos celulares podem ser vistas como espelhos, misto de projeção e devir. A teoria do estágio do espelho de Lacan<sup>8</sup> reinterpreta a tese do narcisismo de Sigmund Freud apontando para a constituição de um *eu* que resulta da identificação com o olhar de um outro. Para Giddens, Freud teria sido o primeiro a instituir o “descentramento do sujeito”<sup>9</sup>, tema especialmente importante para a corrente estruturalista e pós-estruturalista das ciências humanas.<sup>10</sup>

A psicanálise freudiana já mostrara que o *eu* não é o dono de sua própria casa, e que suas características apenas se revelam dando-se voltas através do inconsciente e da linguagem que é um sistema sem autor (GIDDENS, 1990, p. 267). Em Lacan, o sujeito do inconsciente e da linguagem já aparece como o sujeito por excelência, distinto do *eu*, função imaginária, mesmo que consciente. Embora a consciência possa apreender a si mesma de modo transparente numa reflexão imediata, ela seria sempre parcial, senão ilusória. É “no inconsciente, excluído do sistema do *eu*, [que] o sujeito fala” (LACAN, 1992, p. 80).

O descentramento do sujeito remonta à linguística de Ferdinand de Saussure que permite o entendimento da linguagem como um corte na realidade que separa o que foi apreendido simbolicamente do que ficou de fora. O tempo diacrônico, transcorrido, permite que o sujeito cindido entre “real, imaginário e simbólico” se movimente de forma dialética por uma sucessão de transformações. A constituição progressiva do sujeito, no decorrer da vida individual, pressupõe a incidência da temporalidade que permite o distanciamento necessário para a autopercepção a partir de um “outro” ou de uma

---

<sup>8</sup> Em “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, de 1949.

<sup>9</sup> Ainda que uma pequena história do descentramento nas ciências humanas possa ser contada desde Karl Marx, como faz Stuart Hall.

<sup>10</sup> Claude Lévi-Strauss, interessado em entender como os mitos atuam na mente dos homens de modo inconsciente, escreveu menos explicitamente sobre o “descentramento do sujeito” que a maioria de seus sucessores, mas seus escritos têm sido a mediação principal entre Ferdinand de Saussure e as críticas ao humanismo (GIDDENS, 1990, p. 268).

exterioridade que se revela, deste modo, tanto condição para a formação do sujeito, quanto o próprio conteúdo de que ele é formado.

Em síntese, o indivíduo, para constituir-se como sujeito, deve inscrever-se no discurso do “Outro”, lugar onde se constitui o “eu” que fala com o “ele” que escuta, decidindo o outro escutá-lo tenha falado ou não (LACAN *apud* GIDDENS, 1990, p. 268). Essa escuta pressuposta seria condição para a constituição do sujeito. A supressão do tempo, por consequência, reificaria esta cisão congelando o movimento e impedindo a constituição subjetiva. A subjetividade descentrada, cindida em um eterno presente, teria a repetição como único horizonte. Sem a participação da categoria tempo, não haveria “discursividade possível” ou “ordem do discurso” (BIRMAN, 2014, p.9-18). É assim que o descentramento, condição da constituição subjetiva, torna-se “fragmentação”, um conjunto de cacos discursivos que não conformam o sujeito.

## **Conclusão:**

### **Conversaço, descentramento, subjetividade**

Se o texto da fala ou da escrita individual é dotado de autonomia pois se organiza em função do jogo interno de significantes, e aquele que lhe deu origem confere pouca relevância à sua compreensão, como e onde encontrar o sujeito? Indo além, de que modo conceber uma subjetividade política mediada pelas tecnologias digitais se o sujeito da linguagem está em outro lugar além do *eu* que fala ou escreve? Se o autor descentrado não possui relação privilegiada com sua fala ou texto, por sua vez libertos das intenções que os produziram, de que maneira interpretar a escrita no hipertexto, utilizada como instrumento de ação política?

A língua se constrói a partir da *práxis* dos falantes. O fato de Saussure ter reconhecido a diferença entre o estudo sincrônico, próprio da análise da língua, e o estudo diacrônico, próprio das mudanças reais do uso linguístico, não quer dizer que ele pretendesse outorgar prioridade à sincronia em detrimento da diacronia (GIDDENS, 1990, p. 275-276). As mídias digitais permitiram a apropriação da linguagem (*langue*) através da escrita ou da fala (*parole*). Na linguagem atualizada (*parole* saussuriana) deve residir, ao menos em tese, o indivíduo entendido como sujeito, uma vez que para atualizá-la é preciso que o indivíduo ascenda ao plano “coletivo” que é o da linguagem (LACAN, 1945). Por estar em outro lugar além do “eu”, inscrito no discurso do Outro, é que ele

pode apropriar-se da linguagem através da escrita ou da fala e fazer-se entender como sujeito.

Giddens propõe que, em vez de nos referirmos à “fala”, com suas conotações formais, adotemos a noção de “conversação informal” para designar o intercâmbio casual da conversação em situações de vida social cotidiana, porque esta seria a base de todos os aspectos mais elaborados e formalizados do uso da linguagem (GIDDENS, 1990, p. 280). O conteúdo de uma conversação não pode ser retirado da situação original em que foi produzido, ao preço de perder seu significado intencional. Em outras palavras, “o que confere precisão à linguagem ordinária é seu uso em um contexto” (GIDDENS, 1990, p.284). Sem conhecer a intenção do argumento, perde-se em significação, isto é, “a intenção do autor oferece uma base para a recuperação do significado original do texto” (GIDDENS, 1990, p. 284).

Nestes termos, o sujeito político apenas se constituiria pelo significado que produz numa situação de diálogo, onde está em jogo não apenas o reconhecimento do outro, mas também a intenção que orienta a construção dos argumentos e um relativo controle do contexto de conversação. Além disso, o diálogo exige que os interlocutores se coloquem num terceiro plano acima do “*eu* que fala” e do “*ele* que escuta”, o plano transcendente da linguagem. Conforme Lacan,

Toda relação a dois é sempre mais ou menos marcada pelo estilo do imaginário. Para que uma relação assuma o seu valor simbólico, é preciso haver a mediação de um terceiro personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância (LACAN, p.33, 2005).

A formação da subjetividade política não está no indivíduo, no *eu*, mas no “grande Outro”, no coletivo e no inconsciente. O sujeito se define, em última instância, pelo que escapa à sua “identidade”. Da conversação, prática relacional, emerge o sujeito que é reconhecido por outro e só o é para um outro; ele se constitui em relação e na dimensão do tempo. A produção de textos em âmbitos relacionais exige uma temporalidade sequencial para o ordenamento da conversação. Sem o tempo, há apenas miragens fragmentadas de relações comunicativas porque não há a perda de centralidade possibilitada pela separação entre indivíduo e sujeito.

A partir desta análise, conclui-se que as mídias digitais, no contexto do ciberespaço, não impedem nem determinam, por si mesmas, a constituição de uma subjetividade política. Podem, no entanto, possibilitar as situações de conversação que exigem o exercício do descentramento comprometido, agora, pela incidência do espaço na experiência subjetiva. É somente através do descentramento que o indivíduo se descola de sua conformação identitária para a comunicação com outro mediado por estruturas simbólicas que estão além deles, num plano que ultrapassa as consciências. Mas tal como na “conversação” de Gabriel Tarde, este processo apenas se desenrola pelas relações sociais espontâneas, pelo “diálogo sem utilidade direta e imediata em que se fala sobretudo por falar, por prazer, por distração, por polidez” (TARDE, 1992, p.95).

O desafio é vencer as imposições pragmáticas do ciberespaço que tendem a instrumentalizar todas as relações de comunicação cotidianas para recuperar, pelo reconhecimento e identificação com a diferença, a dimensão transcendente da linguagem. Assim superaríamos o “tipo ideal do sujeito político contemporâneo” para a realização de um ideal de subjetividade política.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BARBOSA, Ana Maria Ferrara de Carvalho; FURTADO, Ana Maria; FRANCO, Anna Lúcia de Mello; BERINO, Claudia Gindre da Silva; PEREIRA, Claudia Rodrigues; ARREGUY, Marília Etienne; BARROS, Marlene Jesus de. As novas tecnologias de comunicação: questões para a clínica psicanalítica. *Cad. Psicanál.*- CPRJ, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 59-75, jul./dez. 2013.
- BAUDRILLARD, Jean. *Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- BENTES, Ivana. “Nós somos a rede social”. ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. In: *@internet e #rua*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- BORGES, Jorge Luís. “Do Rigor na Ciência”. In: *Obras Completas*. Volume II (1952-1972). São Paulo: Editora Globo, 1999.
- BRUDER, Maria Cristina Ricotta; BRAUER, Jussara Falek. A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação. *Psicologia em Estudo*. vol.12 no.3 Maringá Set./Dec. 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos avançados* 27 (79), 2013.
- GIDDENS, Anthony. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social*. São Paulo: Unesp, 1995.
- GIDDENS, Anthony. “El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan y otros. *La teoría social, hoy*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- LACAN, Jacques. “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”. *Comunicação feita ao XVI Congresso Internacional de Psicanálise*. Zurique, 17 de julho de 1949.
- LACAN, Jacques. *O seminário: livro 2 - o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, Jacques. “O simbólico, o imaginário e o real”. In: *Nomes-do Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “O tempo reencontrado” In: *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2010.
- MARZOCHI, Samira Feldman. *Greenpeace: mundialização e política*. Rio de Janeiro: Azougue, 2013.
- MARZOCHI, Samira Feldman. O “animal eletrônico”: dilemas do ciberativismo verde. *Cad. CRH* vol.28 no.73 Salvador Jan./Apr. 2015.

- ORTIZ, Renato. *Universalismo e Diversidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SASSEN, Saskia. Impacts of Information Technologies on Urban Economies and Politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 25.2, June, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix: 1995.
- SCHÜTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- WOLTON, Dominique. *Internet e Depois? Uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- ZIZEK, Slavoj. *O sujeito incômodo*. São Paulo: Boitempo, 2016.